SINMED·MG
SINDICATO DOS MÉDICOS DE MINAS GERAIS

TRABALHO MÉDICO

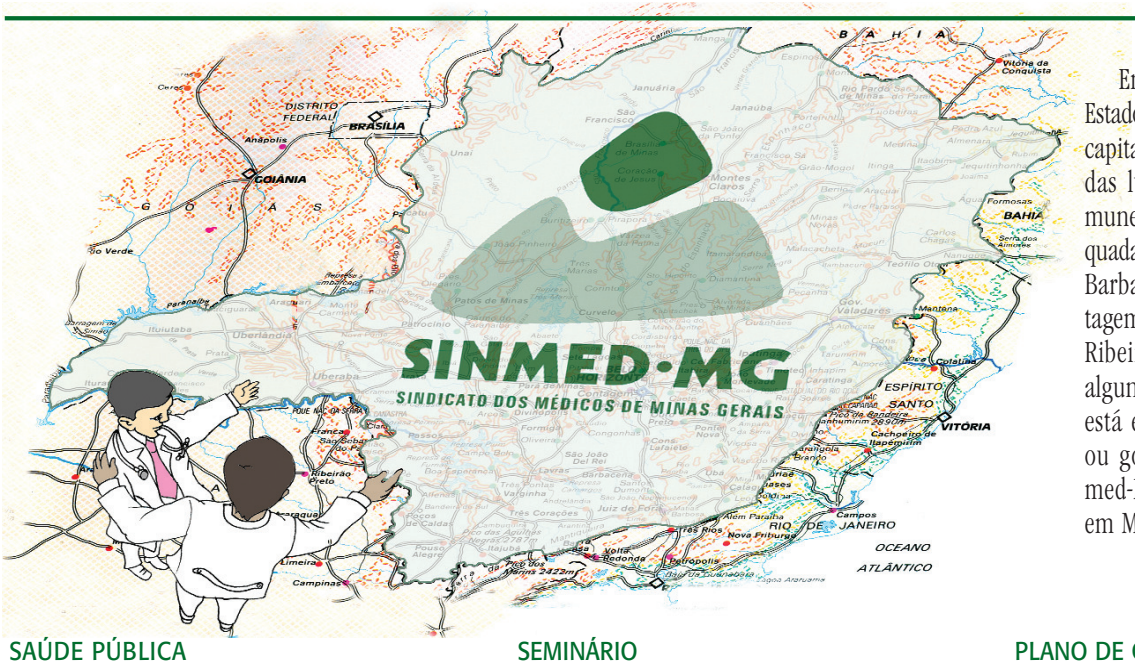
Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais

Ano 5 - nº 22 - maio/junho 2009

Impresso Especial
9912163762/2007 DRMG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

SINDICATO E MÉDICOS EM GRANDE MOBILIZAÇÃO NO INTERIOR E CAPITAL



Em vários municípios do interior do Estado, cidades da região metropolitana e capital mineira, o Sinmed-MG participa das lutas dos médicos por melhor remuneração, condições de trabalho adequadas e respeito aos direitos da categoria. Barbacena, Betim, Belo Horizonte, Contagem, Pedro Leopoldo, Monte Carmelo, Ribeirão das Neves e Uberlândia são alguns dos municípios onde o sindicato está em negociação com as prefeituras ou governo do Estado. A base do Sinmed-MG compreende 729 municípios em Minas Gerais, do total de 852.

PÁGINAS 4, 5, 6 e 7

SAÚDE PÚBLICA

Congresso internacional apontou caminhos para a saúde pública mundial

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais participou do 12º Congresso Mundial de Saúde Pública, em Istambul, na Turquia. No encontro, especialistas de todo o mundo discutiram estratégias para a formulação de políticas eficazes para a saúde pública. A experiência do SUS no Brasil, relatada pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, chamou a atenção dos países presentes.

PÁGINA 7

SEMINÁRIO

Sinmed-MG participa de encontro da Fenam sobre médicos e mídia

Promovido pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam), a quarta edição do seminário Médico/Midia, dias 16 e 17 de abril, no Rio de Janeiro, discutiu a relação entre o médico e a imprensa de uma forma enriquecedora para os dois lados. O departamento de Comunicação do Sinmed-MG contou um pouco da experiência do sindicato no relacionamento com a imprensa mineira.

PÁGINA 9

PLANO DE CARREIRA

Médicos já têm um plano-modelo de carreira elaborado pela Fenam

Depois de dois anos de trabalho, a Fenam concluiu o plano-modelo para a carreira do médico. O plano foi elaborado com a consultoria da Fundação Getúlio Vargas e será um importante referencial, tanto para as lutas da categoria como para os gestores. Após o lançamento, em data a definir, todos os esforços vão se concentrar na divulgação do documento nos diferentes Estados.

PÁGINA 10

INFORMAÇÃO E PESQUISA
Novo departamento vai subsidiar o sindicato nas campanhas nos vários municípios do Estado — PÁG 2

COOPERATIVISMO
II Fórum Nacional de Cooperativismo Médico acontece em Brasília, com presença do Sinmed-MG — PÁG 10

RETRATO DA PROFISSÃO
O médico João Batista Marinho fala da profissão de obstetra e do trabalho no Hospital Sofia Feldman — PÁG 12

EDITORIAL

O Sinmed-MG vive um momento de grande movimentação, com várias campanhas em andamento no interior e na capital. Algumas reivindicações fazem parte da pauta comum de todos os médicos do Estado, como a melhoria das condições de trabalho, o que inclui desde a realização de concursos públicos até a garantia de equipes completas de serviços. A luta também é a mesma na busca de uma remuneração digna e condizente com as exigências da profissão de médico. O salário mínimo profissional defendido pela Fenam, de R$8.239,24 é uma referência nacional a ser alcançada.

Apesar dos pontos em comum, a realidade de cada município é única, com diferentes gestores e problemas, diversidade que exige do sindicato um olhar atento para seguir o caminho que levará ao êxito das negociações.

Nesse aspecto, destacamos o importante passo para fortalecer as lutas da categoria, com a criação do departamento de Informação e Pesquisa. A iniciativa vai subsidiar com informações o trabalho do Sinmed-MG nas campanhas salariais. Os indicadores que levantaremos, em fontes públicas, vão fundamentar as nossas argumentações, nas mesas de negociação.

É importante lembrar que as lutas não acontecem apenas no campo da saúde pública. O sindicato tem estado presente, de várias maneiras, também na busca de melhorias para os médicos da saúde suplementar. Um segmento já consolidado, mas que ainda precisa avançar em termos de remuneração e respeito aos direitos da categoria. Estamos representados nas diversas comissões sobre honorários médicos, nas lutas pela consolidação da CBHPM e fazemos questão de participar em todos os níveis de discussão sobre o assunto, em encontros dentro ou fora de Belo Horizonte.

No dia 28 de maio, as três entidades médicas – Fenam, CFM e AMB – promovem um grande evento em São Paulo – o Fórum Nacional em Defesa do Trabalho Médico no SUS, e o Sinmed-MG estará lá.

Em junho, o II Fórum Nacional de Cooperativismo Médico debate questões relacionadas ao cooperativismo no SUS e na saúde suplementar. Uma discussão importante que sempre contou com a participação do sindicato.

São muitas frentes e em cada uma delas temos procurado fazer um trabalho permanente em defesa dos médicos. Uma ação vigorosa em que cada conquista deve ser celebrada com a certeza que estamos sempre avançando na busca de um sistema de saúde justo e que respeita a força de trabalho de maneira geral e dos médicos em particular.

Diretoria Sinmed-MG

EXPEDIENTE

Publicação do Sinmed-MG
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130 090 - BH - MG **Fone:** (31) 3241-2811
geral@sinmedmg.org.br – www.sinmedmg.org.br

Conselho Diretor - Diretoria Executiva: *Amélia Maria Fernandes Pessôa, André Christiano dos Santos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Fernando Luiz de Mendonça, Jacó Lampert, Maria Madalena dos Santos e Souza, Paulo Eustáquio Marra Pinto.. Licenciados: Aroldo Gonçalves de Carvalho e Élson Violante*
Conselho Diretor - Demais Membros: *Aloísio Daher de Melo, Camilo Batista Goulart, Djard Lisboa Moreira Filho, Eduardo Almeida Cunha Filgueiras, Geraldo José Coelho Ribeiro, Luís Edmundo Noronha Teixeira, Luiz Felipe Viotti Fernandes, Margarida Constança Sofal Delgado, Maria de Fátima Braz, Regina Fátima Barbosa Eto, Salim Antônio Issa. Departamento estatutário: Marco Antônio Torres (Saúde do Trabalhador)*
Conselho Fiscal: *Eliane de Souza, Helder Avelino Yankous Santos (licenciado), José Alvarenga Caldeira, Josemar de Almeida Moura, Luciana Rabelo Ferreira, Maria Lucinda Macedo Fonreaux.*
Ouvidoria Sindical: *Ewaldo A. Fraga de Mattos Júnior e Márcio Costa Bichara.*
Assessoria de Comunicação: *Mônica Salomão - MT 10.543/MG e Camila de Ávila - DRT 12.669/MG, Rosângela Costa - MT 11.320/MG*
Jornalista Responsável: *Regina Perillo - MT 11.697/SP*
Textos e Edição: *Regina Perillo Comunicação*
Projeto gráfico: *Zoo Comunicação*
Diagramação e ilustrações: *Genin Guerra*
Fotos: *Gláucia Rodrigues*
Impressão: *Gold Gráfica*
Tiragem: *24.500 exemplares*

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

FIQUE POR DENTRO

SINDICATO CRIA DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PESQUISA PARA CONHECER A FUNDO CADA MUNICÍPIO

O Sinmed-MG acaba de criar o departamento de Informação e Pesquisa, um importante passo para fortalecer a entidade na luta por melhores condições salariais e de trabalho.

Geraldo Ribeiro, coordenador do projeto, explica que o departamento tem o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a realidade dos municípios da base do Sinmed-MG: "As informações vão servir de retaguarda para as ações do sindicato e também como um instrumento de argumentação na mesa de negociação", afirma.

O coordenador destaca que praticamente todas as informações coletadas provêm de fontes públicas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DataSus, Ministério da Saúde, Fundação João Pinheiro e Controladoria Geral da União-Portal da Transparência. "O fato dos dados serem públicos significa informação de qualidade com baixo investimento", afirma Ribeiro.

Entre os indicadores que o sindicato utiliza para fazer o retrato dos municípios estão orçamentos públicos e dados demográficos, epidemiológicos e da rede de assistência. O sistema permite uma avaliação da evolução histórica desses indicadores e já está sendo utilizado nas negociações em andamento.

Segundo ele, o sindicato sempre buscou conhecer a realidade dos municípios, mas com o departamento isso será feito de forma mais sistematizada. As diversas etapas do trabalho incluem: definição de indicadores, definição das fontes, coleta e sistematização das informações, análise dos dados, disseminação e utilização das informações.

RP Comunicação

Geraldo Ribeiro (sentado) com Kátia e Marcus

Inicialmente, as informações estarão disponíveis para a diretoria do Sinmed-MG. Na segunda fase, os relatórios técnicos elaborados a partir dos dados levantados serão disponibilizados no site do sindicato e no jornal "Trabalho Médico".

A equipe

O coordenador Geraldo Ribeiro é membro do Conselho Diretor do sindicato, mestre em Epidemiologia e especialista em Gestão Estratégica da Informação. Também integram a equipe o administrador de empresas, Marcus Zattar, que atuou como gerente administrativo do Sinmed-MG por quatro anos, e Kátia Cirene de Aguiar Vieira, consultora em Gestão de Processos e Informações e especialista em Administração de Sistemas de Informação, com dez anos de experiência na área.

CONTAGEM

PREFEITURA NÃO NEGOCIA REAJUSTE E MÉDICOS FAZEM PARALISAÇÃO

Em protesto à resposta negativa da Prefeitura sobre o reajuste salarial, os médicos da rede pública de Contagem decidiram, durante Assembléia Geral Extraordinária, no dia 21 de maio, parar as atividades por 24 horas no dia 2 de junho. Os profissionais irão se concentrar em frente ao Centro de Especialidades Iria Diniz para distribuir panfletos à população e explicar as razões da paralisação.

Segundo Djard Lisboa, diretor do Sinmed-MG e membro da comissão de mobilização dos médicos de Contagem, a Prefeitura não tem se mostrado aberta a negociações, principalmente quanto ao reajuste salarial. Em reunião com o Sinmed-MG, no dia 13 de maio, representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Contagem e Secretaria de Governo declararam a inviabilidade de conceder qualquer aumento. "A justificativa é a mesma de todos os outros gestores: que o município está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de ter apresentado uma queda de receita significativa em abril", conta Djard.

Além de melhores salários, a categoria defende a imediata implantação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) acordada na campanha de 2007; garantia da extensão de benefícios e reajustes concedidos aos médicos da Famuc para aqueles vinculados à Administração Direta e melhorias das condições de infraestrutura nas unidades de saúde.

Segundo o diretor, entre os itens reivindicados pela categoria, o único retorno positivo apresentado pelos gestores até o momento foi em relação à implantação e homologação da Mesa Permanente de Negociações do SUS. "Ainda não tem nada definido, mas ficaram de atender essa proposta", diz o diretor.

Aprovar PCCV é prioridade

Em reunião com a diretoria do sindicato, no dia 1º de abril, o secretário municipal de Saúde de Contagem, Eduardo Penna, afirmou que aprovar o PCCV é uma das prioridades da gestão. "O secretário disse que pretende aprová-lo ainda neste semestre, mas vai depender do encerramento das propostas que estão sendo elaboradas pela comissão que trata do assunto", conta Djard.

Segundo o gestor, também terão prioridades a implantação de um protocolo de ações para melhorar o fluxo de atendimento, aumentando o número de médicos plantonistas; e a continuidade das reformas das unidades de saúde. Penna declarou que as obras para ampliação da UAI Petrolândia estão em andamento e, até julho, serão disponibilizados 16 leitos, sendo oito femininos e oito masculinos. Em Nova Contagem, a reforma está prevista para terminar em setembro.

Assembléia elege delegados sindicais

Eleitos ao final da assembléia do dia 2 de abril, os delegados sindicais de Contagem, que irão representar a categoria junto aos gestores e à população, reuniram-se para levantar os principais problemas referentes à infraestrutura e condições de trabalho e salários dos médicos do município.

Há um ano como delegado sindical da UAI Ressaca, unidade onde atua desde 2005, o clínico geral Ricardo do Nascimento Rodrigues considera seu papel um importante elo entre o local de trabalho e o sindicato. "A luta é conjunta, mas um representante em quem os colegas confiam e respeitam é fundamental para a mobilização", diz. Salários defasados, sobrecarga de trabalho e falta do Plano de Cargos, Carreira e Salários, para valorizar a profissão e atrair os médicos, são os principais problemas apontados por ele.

O delegado do PSF e membro do Conselho Municipal de Saúde, Jorge Henrique Kothe Jannuzzi, também acredita que o delegado sindical é uma referência para os colegas na discussão e na busca de soluções junto ao Sinmed-MG para as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de trabalho. Há dois anos no cargo, ele conta que as ações do sindicato tiveram a adesão da maioria dos colegas. "Estou sempre em contato com os médicos do PSF, seja pessoalmente, por e-mail ou telefone. Nossas principais lutas são pela melhoria da estrutura física e da remuneração e diminuição da violência", declara.

Conheça os delegados sindicais de Contagem:

Hospital Municipal de Contagem: Helena Pinheiro Garrido (CRM 9504); Antônio Coelho Neto (CRM 21.875); Leonardo Augusto Silva Machado (CRM 32.413); George Neves de Almeida (CRM 33.051)

Maternidade: Paulo Eduardo Machado Filho (CRM 43.990)

Programa Saúde da Família: Antônio Américo Paiva da Silva Martins (CRM 5.088); Jorge Henrique Kothe Jannuzzi (CRM 35.017)

Uai Ressaca: Márcia Lima da Silva (CRM 9.048); Ricardo do Nascimento Rodrigues (CRM 38.590)

Uai Petrolândia: Aloísio Castro Cambraia (CRM 8.849)

Famuc: Antônio Coutinho Dolabella (CRM 5.088)

Arquivo Pessoal

Ricardo Rodrigues

Arquivo Pessoal

Jorge Jannuzzi

MONTE CARMELO

Prefeitura quer terceirizar gestão da saúde e demite médicos

O Sindicato dos Médicos está unindo esforços para assegurar os direitos trabalhistas aos médicos contratados da rede pública de Monte Carmelo. No início de abril, eles foram demitidos e "obrigados" a aderirem à Cooperativa Nacional Médica, a nova gestora da saúde no município, caso queiram continuar atendendo. "Como essa ação é uma arbitrariedade, o sindicato orienta aos médicos que resistam à instalação da cooperativa até que sejam articuladas estratégias de barrar a terceirização", explica o diretor Eduardo Filgueiras.

Segundo ele, o Sinmed-MG realizou uma primeira assembléia com os profissionais envolvidos, já está avaliando o caso sob o ponto de vista jurídico e, em breve, pretende buscar apoio do Ministério Público, órgão que também se posicionou contrário à decisão da Prefeitura, juntamente com o Conselho Regional de Medicina.

Filgueiras lembra que a maioria dos médicos trabalha há muitos anos no setor público no esquema de renovação de contrato, um vínculo que já era precário e que vai piorar ainda mais. "Além disso, com a terceirização, o interesse é maior na gestão do que na assistência, sendo a população a maior prejudicada", diz.

Outro questionamento do sindicato é sobre a idoneidade da Cooperativa Nacional Médica, que tem sede em São Paulo. "Não será um modelo de gestão democrático, pois devido à distância, os médicos terão pouca possibilidade de interferir e participar das decisões", completa o diretor.

IPSEMG

MÉDICOS FAZEM NOVA PARALISAÇÃO POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E REENQUADRAMENTO

Dando continuidade à luta por melhores condições salariais e de trabalho, os médicos do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (Ipsemg) fizeram uma paralisação de advertência de 48 horas, com início às 7 horas do dia 18 e término às 7 horas do dia 20 de maio. A paralisação foi decidida em assembléia geral realizada no dia 29 de abril. Os profissionais se concentraram em frente ao Serviço Médico de Urgência (SMU) e no Centro de Especialidades Médicas, onde distribuiram panfletos para os usuários do instituto.

Segundo levantamento realizado pelo Sinmed-MG, a adesão foi de 100% dos médicos do Centro de Especialidades Médicas (CEM). No Hospital Governador Israel Pinheiro (HGIP) somente os casos de urgência e emergência foram atendidos. Os pacientes internados receberam atendimento normal. Durante o período do protesto, aproximadamente 2.500 consultas e 120 cirurgias foram canceladas.

Para o diretor do Sinmed-MG Jacó Lampert, os médicos demonstram que estão mobilizados e organizados. "Os usuários foram avisados 15 dias antes da paralisação, o que prova que nosso objetivo não é causar transtornos para os servidores, mas mostrar aos gestores que as reivindicações da categoria precisam ser atendidas com urgência", diz.

Assembléia dia 29 de abril decide por paralisação de advertência

Ainda no dia 19 de maio foi realizada nova assembléia. Sem avanço nas negociações com o governo, os médicos decidiram estabelecer prazo de até 30 dias para que a direção da instituição responda às reivindicações.

A categoria também deliberou pelo preenchimento do Livro de Ocorrência para registrar os relatos de situações adversas que dificultam ou impedem o exercício da medicina. Os profissionais que atendem em locais onde não há esse livro, devem fazer a solicitação ao Sinmed-MG. Como forma de protesto, os profissionais vão usar colete preto com os dizeres: "Ajude os médicos a salvar o HGIP e o Ipsemg!".

Principais reivindicações

A pauta, encaminhada pelo Sinmed-MG) no dia 12 de maio, à direção do Ipsemg, contem os seguintes pleitos:

- Reposicionamento na carreira do nível I para o nível IV, o que vai proporcionar reajuste imediato do vencimento básico de R$ 1.050 para R$ 1.906,64;
- Apresentação de cronograma oficial para que seja concedido aumento real, tendo como parâmetro o salário mínimo profissional defendido pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam), no valor de R$ 8.239,24.
- Melhoria nas condições de trabalho, já que o instituto apresenta déficit de aproximadamente 150 médicos, e o HGIP problemas como falta do serviço de biópsia e aparelho de hemodinâmica.

ESTADO

Atenção médicos do Estado, AGE dia 9 de junho

Está marcada para 9 de junho, na sede do Sinmed-MG, a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) com os médicos do Estado para definição da pauta de reivindicações que dará início à campanha de 2009.

Além dos pleitos comuns de melhores salários e condições de trabalho para toda categoria, o diretor jurídico do sindicato, Paulo Marra, destaca a situação dos médicos da Secretaria de Estado de Saúde (SES), cerca de 1.700 profissionais. Embora concursada há mais de 20 anos, a maioria desses médicos recebe hoje um salário-base de pouco mais de R$1 mil, situação que está se refletindo em aposentadorias irrisórias.

A luta também será conjunta com os médicos da Fhemig, da Hemominas e Funed.

RIBEIRÃO DAS NEVES

SEM RESPOSTA DA PREFEITURA, MÉDICOS DECIDEM PELA PARALISAÇÃO, MAS TJ IMPEDE O MOVIMENTO

No dia 13 de maio, o Sinmed-MG recebeu uma notificação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) impedindo a paralisação dos médicos da rede pública de Ribeirão das Neves, prevista para começar no dia 14, por tempo indeterminado. O movimento foi considerado ilegal e como pena para quem descumprir a determinação foi imposta uma multa diária de R$10 mil, inclusive para enfermeiros e auxiliares, que estavam em greve desde o início do mês. "A paralisação foi suspensa, mas o sindicato irá tomar as medidas judiciais cabíveis para que essa liminar seja anulada", declara o diretor do Sinmed-MG Fernando Mendonça.

O diretor explica que a decisão pela greve foi tomada durante Assembléia Geral Extraordinária, no dia 7 de maio, com a participação expressiva dos médicos das unidades de saúde do município, que continuam sem respostas sobre os pleitos de reajuste salarial e melhoria das condições de trabalho. "O nosso objetivo é pressionar os gestores e mostrar que a população vem sendo prejudicada com as deficiências do setor de saúde em Ribeirão das Neves", afirma.

Mendonça conta que todas as tentativas de negociação foram frustradas. Antes da assembléia que deliberou pela paralisação, a Secretaria Municipal de Saúde do município enviou ao sindicato um ofício comunicando a inviabilidade de reajuste salarial para os médicos, sendo "necessário fechamento do primeiro quadrimestre do ano para aferição do índice e evolução da receita, a partir do compromisso do governo federal em recompor as perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)". Sobre a extensão da gratificação de 30% aos médicos especialistas e com Residência Médica, a secretaria informou que está "realizando o estudo do impacto para apresentar uma proposta concreta e justa".

O diretor diz que o fato dos representantes da Prefeitura atribuírem a questões financeiras a falta de definições sobre de quanto e quando será o aumento é uma justificativa infundada: "A Prefeitura alega perda de 15% no Fundo de Participação dos Municípios, porém se esquece de dizer que, em Neves, de 2004 a 2008, esse mesmo fundo cresceu mais de 95%. Então, dinheiro existe, a questão é de prioridade", diz Mendonça. A categoria volta a se reunir em assembléia dia 4 de junho.

UBERLÂNDIA

REUNIÃO NA PROCURADORIA DO TRABALHO DECIDE PELA ELABORAÇÃO DE CONTRATO COLETIVO EM 30 DIAS

Durante reunião com o procurador regional do Trabalho, Fábio Lopes Fernandes, no dia 5 de maio, diretoria do Sinmed-MG; membros da comissão de mobilização dos médicos da rede pública de Uberlândia; e representantes da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Maçônica firmaram o acordo de apresentar dentro de 30 dias uma proposta de contrato coletivo de trabalho. O objetivo é promover a uniformidade salarial e de condições de trabalho entre médicos contratados pela Fundação Maçônica Manoel dos Santos e Missão Sal da Terra. A medida foi um "paliativo" sugerido pelo Ministério Público do Trabalho, já que no momento a Prefeitura afirma que não há viabilidade de realização de concurso público, a principal reivindicação da categoria e solução para a precariedade da rede pública de saúde de Uberlândia.

Para a discussão e elaboração do contrato, será criada uma comissão específica composta por representantes de todas as partes envolvidas – sindicato, Prefeitura, Fundação Maçônica e a Missão Sal da Terra. "Caso não haja acordo ao final do prazo de 30 dias, o Sinmed-MG pode requerer que o Ministério Público prossiga na mediação das negociações. As orientações se estendem à Missão Sal da Terra, que também foi convocada para a reunião, mas não compareceu", explica a médica Juliana Markus, representante da comissão de mobilização dos médicos.

Segundo Juliana, a categoria reivindica que o acordo contemple os seguintes itens: definição do piso salarial e da data-base; definição de carga horária mensal; pagamento do adicional de insalubridade calculado sobre o valor do vencimento base do médico; pagamento de horas extras; e criação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) como forma de fixar os profissionais na rede.

Paralisações estão suspensas

Ainda no dia 5 de maio, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, os médicos decidiram por suspender as paralisações durante esses 30 dias em que esperam pela vigência do acordo. "No entanto, a mobilização continua. Não vamos deixar de nos reunir e de acompanhar a redação do contrato", afirma o conselheiro diretor do sindicato Eduardo Filgueiras.

Os médicos da rede pública de Uberlândia, sob administração da Fundação Maçônica Manoel dos Santos e da Missão Sal da Terra, estão em campanha por melhoria nas condições de trabalho e salário desde fevereiro deste ano. Devido à falta de entendimento com a Secretaria de Saúde, já realizaram duas paralisações – uma de 24 horas, no dia 30 de março; e a outra de 72 horas, do dia 22 a 25 de abril.

Como os médicos tiveram esses dias cortados na folha de pagamentos, Filgueiras informa que o ressarcimento dessa perda também fará parte da pauta.

Sindicato denuncia ao CRM redução de atendimento

Um outro assunto debatido pelos médicos que participaram da assembléia foi o fechamento dos atendimentos pediátricos e traumatológicos a partir das 19 horas em quatro UAIs – Pampulha, Morumbi, Roosevelt e Martins. Além de não terem recebido esclarecimentos suficientes sobre a medida administrativa, os profissionais não sabem quem será o responsável pelo paciente em observação quando terminar o plantão do especialista e temem alguma penalização.

Preocupada, a médica Juliana Markus afirma que a situação é grave e envolve vários aspectos. "Primeiro, porque em caso de complicação do quadro o especialista pode ser acusado de ter preenchido os últimos dados da ficha do paciente", diz. Ela ressalta, ainda, que o clínico, diante da inabilidade para realizar determinado procedimento, mas se vendo obrigado, pode ser acusado de erro médico, ou até mesmo de omissão de socorro caso diga que somente o especialista está capacitado a prestar o atendimento.

Para resguardar os profissionais que estão submetidos a essa situação, o Sinmed-MG encaminhou ofício ao Conselho Regional de Medicina para formalizar a denúncia e pedir esclarecimentos sobre as providências que devem ser adotadas.

BARBACENA

SECRETÁRIO DE SAÚDE VISITA SINDICATO DOS MÉDICOS

O secretário de Saúde de Barbacena, Edson Resende, visitou o Sindicato dos Médicos no dia 15 de abril, sendo recebido pelo presidente Cristiano da Matta Machado. Edson é médico e quando deputado estadual teve, segundo Cristiano, uma boa atuação na defesa da categoria.

Entre os principais problemas a serem enfrentados pela atual administração estão as condições precárias de contratação. No último governo, o sindicato precisou fazer intervenções no município, principalmente por problemas relacionados a atrasos salariais.

"Acreditamos que com a experiência do novo secretário as questões da saúde vão avançar. O secretário concorda com a realização de concurso público e mostrou-se contrário à terceirização e outras figuras jurídicas como ongs e fundações, tão comuns no interior, comungando com a idéia de que saúde é um dever do Estado", comenta o presidente.

PEDRO LEOPOLDO

SEM PRÓ-LABORE, PEDIATRAS SUSPENDEM O ATENDIMENTO

Os médicos pediatras do Hospital e Maternidade Eugênio Gomes de Carvalho, em Pedro Leopoldo, deliberaram pela paralisação do atendimento a partir do dia 25 de maio, por tempo indeterminado até que a Prefeitura aceite a manutenção do pró-labore, uma negociação que já se arrasta há cerca de seis meses. A decisão foi tomada pela categoria durante Assembléia Geral Extraordinária, no dia 12 de maio, no próprio hospital. Segundo o diretor jurídico do Sindicato dos Médicos, Paulo Marra, a Prefeitura retirou o pagamento pela produtividade depois que concedeu um reajuste no salário fixo por plantão. "A proposta do fixo é boa e os médicos concordaram. O problema é que eles deixaram de receber o pró-labore. Então, esse aumento não fez diferença, o valor ficou o mesmo", explica.

Os médicos da maternidade também reivindicam o pagamento dos salários atrasados dos meses de março e abril.

Uma nova assembléia com a categoria está agendada para o dia 28 de maio.

JOÃO XXIII

NA EXPECTATIVA DE UMA PROPOSTA FAVORÁVEL, MÉDICOS SUSPENDEM AÇÕES

Até início de julho estão suspensas todas as ações do movimento dos médicos do João XXIII em defesa de melhores salários e condições de trabalho. A decisão foi tomada durante reunião entre a comissão de mobilização do HPS, diretoria do hospital e representantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES) e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), no dia 30 de abril.

Segundo a diretora do Sinmed-MG Regina Eto, que representou o sindicato no encontro, os médicos concordaram em interromper as manifestações desde que, no prazo de 60 dias, contados a partir de 4 de maio, os gestores apresentem uma resposta oficial às reivindicações. "Apesar da 'pausa', a categoria continua mobilizada, inclusive, já estão pré-agendadas, a cada 15 dias, reuniões entre representantes do corpo clínico. Em 30 dias, será marcada uma nova reunião com a Fhemig, para análise e encaminhamento das propostas", explica a diretora.

Além de cancelar as paralisações, também foram suspensas as ações de pressão interna deliberadas em assembléias anteriores – não preencher a Autorização de Internação Hospitalar (AIH), a folha de pedido de exame de alto custo e o software Alert; e não carimbar documentos médicos (altas, pedidos de exames, dentre outros).

"Os médicos irão trabalhar normalmente, sem qualquer forma de pressão, mas, se após esses dois meses não tiverem um parecer favorável, retomam o movimento, incluindo novas paralisações", afirma Regina.

A campanha dos médicos do João XXIII começou em outubro do ano passado. Apesar das várias negociações, a categoria continua sem as suas principais reivindicações atendidas: remuneração digna, reenquadramento no Plano de Carreira, condições de trabalho adequadas e garantia da normalização do pagamento dos abonos aos médicos que não estão recebendo o benefício no contra-cheque. Outra queixa é a falta de profissionais no hospital. "Várias equipes estão incompletas, o que gera sobrecarga de trabalho aos outros médicos e acarreta problemas no atendimento aos pacientes", ressalta a diretora.

Fhemig abre concurso e SES promete Plano de Carreira ainda este ano

A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) publicou, no dia 8 de maio, o edital para abertura de concurso público para diversos cargos, sendo 500 vagas para médicos, em várias especialidades. O presidente do Sinmed-MG, Cristiano da Matta Machado, relata que a realização de concurso para preenchimento das vagas que não foram assumidas em 2007 foi uma promessa do presidente da Fhemig, Luís Márcio Araújo Ramos, durante reunião realizada no dia 2 de abril, entre diretoria do sindicato, representantes do corpo clínico do HPS João XXIII, Fhemig, Seplag e SES.

"A medida é importante, mas sem condições salariais e de trabalho adequadas, os médicos aprovados não vão querer ficar, como aconteceu no último concurso", ressalta Matta Machado. Ele lembra que, segundo informação passada pela Fundação ao Sinmed-MG em outubro de 2008, apenas 60% dos médicos aprovados tomaram posse e, desse total, 5% pediram exoneração poucos dias depois de assumir os cargos.

Também na reunião, a sub-secretária de Saúde do Estado, Jomara Alves, disse que, em breve, será realizado o reenquadramento dos médicos no Plano de Carreira, conforme seu tempo de serviço, porém não é viável criar o cargo de médico emergencista do HJXXIII, proposta discutida na tentativa de conceder aumento diferenciado à categoria que trabalha no serviço de urgência e emergência. Quanto ao reajuste salarial, nenhuma proposta foi apresentada sob a justificativa da queda na arrecadação do Estado nos últimos meses somada à crise financeira.

PBH E BETIM

SINDICATO ENVIA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES ÀS PREFEITURAS DE BELO HORIZONTE E BETIM

O Sinmed-MG enviou, no dia 15 de abril, ao prefeito Márcio Lacerda e ao secretário de Saúde do município, Marcelo Gouvêa Teixeira, a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2009, conforme deliberações em assembléia geral. Os médicos da PBH aguardam uma resposta até o dia 27 de maio, quando uma nova AGE será realizada no sindicato para decidir os rumos da campanha.

Também no dia 15 de abril, foi enviado ofício à prefeita de Betim, Maria do Carmo Lara Perpétua, e à secretária de Saúde do município, Conceição Aparecida Rezende, com as reivindicações dos médicos, votadas em AGE. Nova assembléia foi programada para 26 de maio.

Pontos comuns

As pautas têm em comum a exigência de melhoria das atuais condições de trabalho, considerando aspectos como garantia de equipes completas de serviços, com realização de concurso público para preenchimento das vagas; garantia da disponibilidade constante de medicamentos, materiais e equipamentos médicos em todas as unidades de saúde; e relação adequada do número de médicos/pacientes em todas as unidades de atendimento.

No aspecto salarial, a luta, também unificada em todo o Estado, é pela recomposição dos vencimentos básicos de forma que atinjam o salário mínimo profissional defendido pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam), de R$8.239,24, para 20 horas semanais. O sindicato também pede a revisão dos critérios para progressão por escolaridade exigidos para os cursos que implicam na mudança de níveis no Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos do município.

Segundo o presidente do Sinmed-MG, Cristiano da Matta Machado, as reivindicações, além de representarem legítima aspiração da categoria, são fundamentais para elevar a qualidade do atendimento à população beneficiária do serviço.

Pontos específicos da PBH:

Aumento do valor nominal do vale-refeição, atualmente fixado em R$5, para R$15; readequação e definição da carga horária dos médicos que integram o PSF em 40 horas semanais, sendo que atualmente os mesmos cumprem 20 horas regulares e 20 como extensão de jornada; correção dos valores dos abonos de fixação e de urgência pelos mesmos índices de correção salarial que vierem a ser aplicados sobre o vencimento básico; extensão dos benefícios conquistados aos médicos contratados; efetivação imediata dos pontos acordados na Mesa Permanente de Negociação do SUS (MESUS) na última gestão.

Pontos específicos de Betim:

Garantia da efetivação das conquistas da campanha salarial 2008, tais como o aumento do percentual de gratificação, de 5% para 10% aos médicos que cumprem a jornada de 20 horas semanais em atendimento ambulatorial; extensão do percentual de 20% para todos os médicos que trabalham em Unidades de Urgência; revisão da lei que prevê a perda integral da gratificação do mês na hipótese de falta ao trabalho, mesmo mediante a justificativa comprovada; e efetivação da MESUS, com criação de comissão permanente visando a discussão e implantação de melhores condições de trabalho.

PROPOSTAS PARA A SAÚDE

CONGRESSO INTERNACIONAL, EM ISTAMBUL, COM PRESENÇA DO BRASIL, DISCUTE OS CAMINHOS DA SAÚDE PÚBLICA

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais participou do 12º Congresso Mundial de Saúde Pública, realizado em Istambul, Turquia, de 27 e abril a 1ª de maio. O evento reuniu especialistas do mundo inteiro para analisar e discutir estratégias para a formulação de políticas eficazes para a saúde pública.

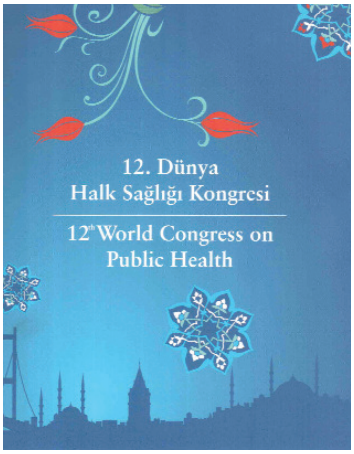
Organizado pelo governo da Turquia e agências da ONU como OMS, FAO e Unicef, foram tratados temas como a formação continuada e multidisciplinar dos trabalhadores em saúde, direitos em saúde e ética, governança global, saúde e geopolítica, financiamento global para saúde pública, pobreza, saúde e desenvolvimento, saúde mental, controle do tabaco, discriminação de gênero e violência contra mulher, doenças crônicas, ameaças à saúde provocadas pela urbanização, saúde ocupacional e ambiental.

O brasileiro Paulo Buss, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), presidente do congresso, instigou, na abertura do encontro, os participantes a atacar os verdadeiros determinantes da saúde no mundo, que são os fatores sociais, e conclamou a sociedade civil para participar da definição das políticas públicas.

Considerações sobre o congresso

Algumas considerações sobre o congresso:

- Alguns aspectos fazem parte do contexto de saúde de diversos países, independentemente da região geográfica ou do seu patamar de riqueza: a fragmentação da atenção à saúde, a comercialização da saúde sem a real melhoria do acesso e da qualidade, os sistemas centrados nos hospitais e as novas dificuldades de financiamento surgidas (ou ampliadas) com a crise econômica mundial foram citados pelos diversos representantes das mais variadas nações.
- Entre as palavras mais ouvidas no evento, estão "governança" e "liderança", como contraponto à constatação de que a simples injeção de recursos nos sistemas de saúde não tem trazido os resultados desejados em



termos de se propiciar maior acesso e melhorar a qualidade do atendimento. Há um consenso de que é essencial o redesenho dos sistemas, das redes de atenção, da implantação de métodos gerenciais e monitoramento de indicadores que permitam medir a eficácia desses sistemas.

- Vários países estão lidando com a "descoberta" de que a divisão do sistema de saúde em público e privado perde força em vários aspectos e que as parcerias público-privadas junto à integração dos sistemas podem trazer benefícios reais para a população. A questão envolveu a definição das formas de financiamento, distribuição dos recursos e concretização das redes de atendimento, entre outras.
- A transição epidemiológica recebeu grande destaque, sendo que muitos temas livres e palestras apresentaram as abordagens e experiências dos diversos países na prevenção das doenças crônicas e na promoção da saúde em todos os níveis.
- Houve várias discussões sobre a educação em saúde pública, seja em nível acadêmico, seja em nível de treinamento dos trabalhadores de saúde. Notou-se uma tendência da revisão dos currículos no sentido de se aproximar a academia da realidade das populações a serem atendidas, incluindo um grande foco nos trabalhos de campo por parte dos acadêmicos. Em relação aos trabalhadores da saúde, frisou-se a importância do trabalho multidisciplinar e da redefinição das competências necessárias para a formação da força de trabalho, incluindo, por exemplo, as disciplinas de comunicação e planejamento para esses profissionais.

Compilação realizada por Geraldo Ribeiro, conselheiro diretor do Sinmed-MG

Presença importante do Brasil

O Brasil teve grande destaque no congresso, com a presença de palestrantes convidados e apresentação oral e por meio de pôsteres de vários trabalhos. A experiência do Sistema Único de Saúde (SUS) foi apresentada pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e pelo seu secretário, Francisco Campos, causando grande repercussão entre os presentes.

Durante o congresso, o Sinmed-MG teve a oportunidade de realizar uma pequena entrevista com o ministro da Saúde, que aqui reproduzimos.

Elza Fiuza/ABR

Sinmed-MG *- Sr. ministro, sabemos que para garantir uma saúde pública de qualidade é necessário fixar o médico e, para isso, é preciso carreira e salário. O que o senhor está pensando nessa direção?*

Ministro - Todas as reformas de sistemas de saúde realizadas em todo mundo demonstraram que podem existir polêmicas, divergências, concepções, opiniões conflitantes, mas em um ponto todo mundo tem que concordar: sem médico não dá para fazer a reforma no setor saúde. Médicos prestigiados, trabalhando em condições seguras do exercício profissional e bem remunerados.

Duas medidas estão sendo pensadas para serem lançadas em breve. A primeira é a possibilidade de alunos que realizaram seus estudos na faculdade, financiado pelo Programa de Financiamento Estudantil (FIES), abaterem da sua dívida o tempo de trabalho em comunidades que o Ministério indicaria. Ou seja, ele manteria o salário integral, além disso, por cada mês trabalhado abateria 1% da dívida.

A outra proposta é uma contratação direta de médicos pelo Ministério da Saúde para atuar nos 500 municípios que não possuem nenhum tipo de profissional. Essas e outras estratégias, como o crescimento do Programa de Saúde da Família, apontam para uma melhoria do salário para os profissionais.

A implantação do Tele-Saúde é outra proposta do ministério. Muitas vezes o médico tem medo ou não quer ir para o interior, não pela questão salarial, mas pela falta de uma segunda opinião e da proximidade com um centro mais aparelhado. Com a Tele-Medicina, ele vai poder consultar em tempo real um especialista em qualquer universidade brasileira e ter apoio, por exemplo, em caso de dúvida de diagnóstico ou em relação à conduta terapêutica.

Também acho importante que os médicos tenham assento, definitivo, no Conselho Nacional de Saúde. É um absurdo que hoje os médicos não tenham uma representação fixa no conselho. Essa é outra proposta que eu estou querendo levar para frente.

FHEMIG

SINDICATO PROPÕE AÇÃO PARA EXIGIR PROGRESSÃO NA CARREIRA DOS MÉDICOS

O departamento jurídico do Sinmed-MG irá propor ação em face à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig a fim de exigir a correta progressão na carreira dos médicos. Segundo a advogada do sindicato Mariana Lobato, a fundação não vem concedendo a devida progressão por tempo aos seus servidores, causando-lhes lesão de ordem patrimonial e impedindo que progridam na carreira. "A estimativa é que desde 1996 os médicos estejam sofrendo diminuições em seus vencimentos", diz. Com a ação, o departamento também exige a condenação da Fhemig ao pagamento de todas as parcelas retroativas referentes à diferença dos valores devidos e não efetuados e os efetivamente recebidos, mês a mês.

A advogada alerta que os médicos que não foram reposicionados na carreira em razão da não progressão, desde que estejam em efetivo exercício do cargo e não tenham sofrido punição disciplinar no período exigido para a progressão (dois anos), devem procurar, o quanto antes, o departamento jurídico do sindicato e apresentar os seguintes documentos:

- Cópia da identidade e CPF;
- Certidão que declare inexistência de punição disciplinar protocolada junto à administração. O modelo pode ser obtido na sede do sindicato ou pelo site *www.sinmedmg.org.br*
- Histórico funcional protocolado junto à administração (modelo no site do sindicato ou diretamente na sede).

AGENDA

SES AGENDA PALESTRAS DO PROJETO MANHÃS CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICAS

A Coordenadoria de Doenças e Agravos Não Transmissíveis/SE/SES/MG já tem as datas e os temas das próximas palestras do projeto Manhãs Clínico-Epidemiológicas: "Leishmaniose / Hanseníase e outras Dermatoses" (28/maio), "Pneumologia Sanitária / Infecção por HIV" (25/junho), "Meningite / Encefalites" (27/agosto), "Acidentes por animais peçonhentos" (24/setembro), "Hepatites / AIDS" (29/outubro), e "Anemias Carenciais / Câncer de Pele" (26/novembro).

Voltadas para médicos da rede pública e privada, as palestras são realizadas por médicos especializados, que transmitem seus conhecimentos e experiência para clínicos que atuam no Estado de Minas Gerais.

A médica e coordenadora do projeto, Júlia Maria Antunes Botelho, explica que a idéia é capacitar e atualizar os médicos das unidades básicas, requalificando-os para a prevenção, promoção e proteção da saúde coletiva. Os temas abordados são de relevância epidemiológica e vão ao encontro da necessidade da demanda do clínico que atua no Estado.

Segundo ela, o projeto é também uma importante ferramenta para o gerenciamento e para a redução dos custos do sistema. "O gestor que investe em educação continuada tem um custo-benefício que vai muito além de uma simples atualização do conhecimento".

As palestras acontecem no Conselho Regional de Odontologia de MG – CRO/MG (rua Santa Catarina, 1631 - Lourdes, BH), com 110 vagas e inscrições gratuitas. Mais informações pelo telefone (31) 3215-7254 ou pelo e-mail *cdnt@saude.mg.gov.br*.

Júlia Botelho, coordenadora do projeto e especialista em clínica médica e medicina interna; e o cardiologista Márcio Kalil

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Apesar das condições insalubres, médicos não recebem adicional

O departamento jurídico do sindicato está apto a entrar com ações de cobrança em face do Estado e municípios, na tentativa de exigir o pagamento das parcelas vencidas e que estão por vencer do adicional de insalubridade. A ação é válida tanto para o médico que nunca recebeu o adicional, como para aquele que o teve suspenso sem que as condições insalubres deixassem de existir.

O diretor jurídico do Sinmed-MG, Paulo Marra, explica que o adicional de insalubridade é um direito de todos os servidores que trabalham em condições insalubres, submetendo-se a agentes prejudiciais à saúde, a exemplo dos médicos, que laboram em contato direto com portadores de doenças infecto-contagiosas e microorganismos nocivos. "A Administração se exime de efetuar o pagamento alegando que a verba está condicionada à comprovação, por parecer técnico, da existência dos agentes insalubres a que o médico está submetido diariamente no desempenho de suas funções. No entanto, o Estado, na maioria das vezes, permanece inerte e não realiza a perícia para comprovar a real condição", afirma o diretor.

Paulo Marra orienta que os profissionais que se enquadram nessa situação devem apresentar ao sindicato requerimento protocolado junto à Administração solicitando a avaliação do técnico, condição essencial para a viabilidade do pedido (o modelo pode ser obtido no site do Sinmed-MG ou diretamente na sede). Também é preciso levar cópia da identidade e CPF.

PROJETO DE LEI

VOTAÇÃO DE NOVO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL PARA A CATEGORIA

Até o fechamento desta edição, o Projeto de Lei 3.734/2008, que define o salário mínimo profissional dos médicos, não foi votado pela Comissão de Trabalho, como estava previsto para acontecer no dia 20/5. O PL 3.734, de autoria do deputado Ribamar Alves (PSB-MA), prevê mudanças na lei 3.999, de 1961, sobre a alteração do salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas. O texto sugere que seja modificada a redação da lei que estabelece o cumprimento de 2h a 4h diárias, passando a estabelecer o período de 20h semanais, como já consagrado hoje pelos médicos.

Já o relatório do deputado Mauro Nazif (PSB-RO) propõe ainda outras alterações. A principal mudança será no valor do piso salarial estipulado pelo projeto em R$ 7 mil. A Lei nº 3.999 previa que o salário mínimo dos médicos fosse três vezes o salário mínimo em vigor no país, o que, nos dias de hoje, corresponderia a um salário de R$ 1.395,00. De acordo com o projeto original, o reajuste seria baseado no salário mínimo. Agora, com as alterações de Nazif, o reajuste terá como base o INPC.

Para o diretor administrativo-financeiro do sindicato profissional da categoria, Jacó Lampert, o salário mínimo é uma importante referência, principalmente para os médicos da iniciativa privada, e também para nortear as negociações no setor público. O diretor lembra que os R$7 mil sugeridos estão bem mais próximos dos R$8.239,24, representando um avanço nas lutas da categoria por um salário digno.

SEMINÁRIO NACIONAL

SEMINÁRIO MÉDICO/MÍDIA: UMA "PAUTA" COMUM ENTRE OS MÉDICOS E A IMPRENSA

Fotos Alexandre Vieira

Seminário reúne 150 profissionais, entre médicos e jornalistas

A quarta edição do Seminário Nacional Médico/Mídia, da Fenam, dias 16 e 17 de abril, no Rio de Janeiro, contou com 150 participantes, entre médicos e profissionais da saúde, jornalistas e autoridades do meio político de todo o país. O objetivo do evento foi discutir a relação entre o médico e o jornalista e aproximar as duas categorias. Foram abordados temas como a visão do médico sobre a mídia; a mídia como prestadora de serviços; dicas para uma boa entrevista e para se tornar fonte; geração de pautas; a mídia e as novas tecnologias; o poder e a mídia; entre outros.

Na opinião do secretário de Comunicação da Fenam, Waldir Cardoso, o IV Médico/Mídia cumpriu plenamente seu objetivo: ser um espaço onde médicos e jornalistas pudessem trocar idéias e se entender. "Compreender as diferenças e semelhanças entre as duas categorias nos ajuda a trabalhar com mais parceria e produtividade", declara o secretário, lembrando que o seminário já está consolidado no calendário de eventos da Fenam. Ele adianta, ainda, que os sindicatos e federações de todo o país terão o incentivo necessário para a realização de seminários regionais. "O ideal é abranger cada vez mais pessoas", completa.

Denise Teixeira, assessora de imprensa da Fenam e idealizadora do seminário, destaca a importante contribuição das assessorias de sindicatos e entidades médicas, em especial do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Pará, que não só marcaram presença como também enviaram sugestões e participaram das palestras. "A construção do seminário é coletiva, só assim conseguimos fechar uma programação atrativa e útil para todos", ressalta.

Na avaliação do diretor de Comunicação do Sinmed-MG, Fernando Luiz de Mendonça, o seminário traz ganhos para ambos os lados na medida em que o médico entende melhor a dinâmica de trabalho do jornalista; e o jornalista amplia sua visão sobre as atividades da categoria médica, principalmente as ações sindicais, além de desvendar uma série de termos e expressões, o famoso mediquês.

Pauta factual e produzida

Um interessante tema abordado foi a geração de pautas, o que pode ou não se transformar em notícia. A jornalista Eleida de Góis, editora-chefe do Jornal do Rio, telejornal da TV Bandeirantes, explicou que pauta é uma conversa do produtor (do veículo de comunicação) com o seu repórter para que ele chegue na rua (até a reportagem) com os elementos que precisa para fazer a matéria (desenvolver o assunto).

Segundo ela, é necessário avaliar basicamente dois tipos de pauta – a factual e a produzida – e como o médico pode se inserir em cada uma delas. A primeira é um fato que desperta o interesse da imprensa e gera reportagens naquele momento. Como exemplo, citou o caso de morte por meningite meningocócica, em Campos (RJ). Já o outro tipo de pauta, ela exemplificou com uma reportagem sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e sexo seguro na terceira idade, uma matéria produzida e que não tem necessidade de ser veiculada em um dia específico, diferente de um assunto factual, que não pode esperar.

Direito de resposta ou retratação foi o tema abordado pelo Sinmed-MG

A jornalista Mônica Salomão, coordenadora do departamento de Comunicação do Sinmed-MG, foi uma das palestrantes do evento. Juntamente com o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e também advogado, Cid Carvalhaes, ela falou sobre o a tema: "Direito de resposta ou retratação: quando e como usar".

Mônica apresentou o exemplo em que um veículo de comunicação da capital mineira publicou matéria sobre a campanha dos médicos mencionando apenas a reivindicação salarial, desconsiderando o pleito de melhoria das condições de trabalho. Além disso, não ouviu nenhum representante do sindicato e tratou de forma irônica o pedido de reajuste de salário da categoria.

"Como a matéria era extremamente negativa para a classe, optamos pela 'via diplomática' e enviamos um ofício para esclarecer que o profissional médico precisa investir no mínimo dez anos para sua formação e, portanto, não pode ter a remuneração comparada aos trabalhadores que recebem salário mínimo, como foi divulgado. Depois disso, constatamos que houve melhora no relacionamento, já que agora os médicos são entrevistados", conta Mônica.

Já Carvalhaes falou sobre alguns casos de calúnia, difamação e injúria cometidos pela mídia, e sobre as conseqüências que um erro de informação pode acarretar na vida de uma pessoa. Um exemplo foi a morte do jogador de futebol Serginho, do São Caetano Futebol Clube, ocorrida em outubro de 2004. Segundo ele, a imprensa julgou o profissional responsável pelo departamento médico do clube antes mesmo do processo ser aberto.

Mônica Salomão, jornalista e coordenadora do departamento de Comunicação do sindicato, fala sobre direito de resposta ou retratação, um dos temas do evento

Dicas básicas para uma boa entrevista

- Transmita a informação de forma clara, objetiva e direta. Evite explicações extensas, principalmente em entrevistas para rádio e TV (salvo exceções em programas especializados) por questão de tempo limitado;
- Antes de conceder entrevista, procure se atualizar sobre o tema abordado e esteja munido de dados, estatísticas e informações complementares. Se você não souber responder algo, indique a fonte adequada para transmiti-la;
- Evite utilizar o "mediques", termos técnicos de difícil compreensão. A fala do entrevistado deve ser clara, de forma que todos entendam, como se estivesse explicando o diagnóstico do paciente aos seus familiares;
- Vista preferencialmente de branco, cor culturalmente associada à profissão médica.
- Para outros esclarecimentos, encaminhe e-mail para *imprensa@sinmedmg.org.br*

DEBATE

II FÓRUM NACIONAL DE COOPERATIVISMO MÉDICO, DIAS 4 E 5 DE JUNHO, EM BRASÍLIA

A Federação Nacional dos Médicos (Fenam), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB) promovem, dias 4 e 5 de junho, o II Fórum Nacional de Cooperativismo Médico, no auditório do CFM, em Brasília (DF). Programado para 200 pessoas – representantes de cooperativas e entidades médicas de todo o país – o evento abrange conferências, palestras, mesas-redondas e debates.

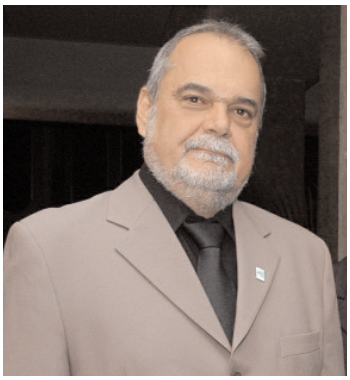
A exemplo do que aconteceu no ano passado, em Belo Horizonte, os sindicatos da Fenam, entre eles o Sinmed-MG, se reuniram, nos dias 21 e 22 de maio, no Espírito Santo, no II Fórum Fenam de Cooperativismo Médico para levantar as principais demandas que serão levadas ao encontro nacional.

Para Márcio Bichara, ouvidor do Sinmed-MG, um dos organizadores do evento e também representante da Fenam na Comissão de Cooperativismo Médico, o fórum é uma excelente oportunidade para consolidar o que está dando certo, reavaliar o que não está e propor novos caminhos para as relações que envolvem o trabalho médico.

Especialmente em relação ao Sistema Único de Saúde, Bichara diz que, diante da realidade atual, a organização dos médicos por meio de cooperativas tem se mostrado um instrumento válido, mas que a luta da Fenam vai ser sempre pela adoção do salário mínimo profissional da categoria e pela realização do concurso público para o SUS.

Entre os temas previstos para o encontro, Márcio Bichara destaca a discussão sobre o aspecto legal das cooperativas, causa de muitas polêmicas. Segundo Bichara, outro tema de interesse será o PL 131/08 que dispõe sobre a regulamentação das cooperativas de trabalho. Reunida antes do evento, a Comissão de Cooperativismo Médico elaborou um documento reafirmando a posição de ficar de fora do projeto, por entender que, nas condições em que se apresenta, a lei fere os interesses das cooperativas de especialidades médicas e de trabalho médico.

Como membro da diretoria do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais,



Márcio Bichara, um dos organizadores

Bichara afirma que o Estado tem uma experiência importante com cooperativismo médico e tem contribuído muito para o avanço nas discussões sobre o assunto. Ele lembrou um pioneirismo mineiro, na relação com os gestores, quando da extinção do Código 7: "Em ação regulamentada pela Portaria 48, de dezembro/2004, a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte permitiu que os honorários dos médicos do SUS fossem repassados diretamente pelas cooperativas e não mais pelos hospitais, com vários benefícios para a categoria".

Programação

Abertura: José Gomes Temporão - ministro da Saúde, Edson Andrade - presidente do CFM, Paulo de Argollo - presidente da Fenam, Roberto Gurgel - diretor da AMB, Hiran Gallo - tesoureiro do CFM e coordenador da Comissão de Cooperativismo Médico.

Painéis: Cooperativismo Médico no SUS, Cooperativismo CBHPM e SUS, Sistema Unimed, Cooperativas de Trabalho Médico, Promoção e Prevenção da Saúde no Sistema Suplementar.

Conferências: Aspectos Legais, PLC 131, de 2008 - Cooperativas de Trabalho, Cooperativas de Trabalho e Terceirização Procuradoria Geral do Trabalho.

Mesas Redondas: Cooperativismo Médico, CBHPM e SUS, Desafios e Perspectivas, Porte e Viabilidade das Unimeds, O "Conundrum" de Especialidades Médicas no Sistema Unimed, Alternativas de Remuneração e Incorporação de Novas Tecnologias, Cooperativas de Trabalho Médico: Experiências no Brasil.

PLANO DE CARREIRA

Plano-modelo da Fenam para a carreira de médico foi concluído com a consultoria da FGV

Os médicos do setor público e privado têm finalmente um modelo de Plano de Carreira, para orientar o movimento médico sindical nas lutas pela adoção do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) para a categoria.

O documento foi elaborado por iniciativa da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), com assessoria técnica da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Médica Brasileira (AMB).

Após dois anos de trabalho, o documento conclusivo foi apresentado em reunião executiva da Fenam, em 13 de março. O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais teve presença ativa durante todo o processo, inclusive participando das várias reuniões realizadas no Rio de Janeiro para apresentação de sugestões e acompanhamento do trabalho da Fundação Getúlio Vargas. Para marcar o lançamento do plano para a categoria médica, a Fenam realizará um evento, no Rio de Janeiro, em data a ser definida.

Cristiano da Matta Machado, presidente do Sinmed-MG, destaca que o Plano de Carreira era uma aspiração antiga das entidades médicas e traz uma nova perspectiva para o trabalho médico: "A adoção de um plano especialmente elaborado para a categoria médica, contemplando as especificidades da profissão, será um referencial importante na luta dos sindicatos por melhores condições de trabalho, e nas negociações com os gestores".

Vantagens para médicos e gestores

Em entrevista à Fenam TV, o secretário de Comunicação da federação e coordenador da elaboração do PCCV, Waldir Cardoso, destaca a exigência de educação continuada; a proposição de uma gestão partilhada, com a participação dos trabalhadores e gestores; e a flexibilidade como pontos importantes do projeto. Segundo consta do documento da FGV, "a carreira médica, conforme concebida no plano, pode ser aplicada no setor privado e no setor público, nos

Divulgação da Fenam

Waldir Cardoso, secretário de Comunicação da Fenam

três níveis político-administrativos de descentralização do SUS, no regime estatutário ou celetista, como carreira independente ou integrante de carreira de profissionais da saúde, desde que observem as diretrizes estabelecidas no modelo".

Entre outros tópicos, o plano estabelece diretrizes para: estrutura e descrição de cargos; vencimentos, salários e remuneração; gratificações; ingresso na carreira no serviço público; desenvolvimento na carreira; capacitação; avaliação individual de desempenho; mobilidade do médico dentro da unidade federativa na qual ele ingressou na carreira e cessão do profissional médico de uma para outra esfera político-administrativa (União, Estados Distrito Federal e municípios).

Segundo o coordenador, todos os esforços serão agora no sentido de divulgar o plano, em busca da sua aprovação no Executivo: "Com o auxílio das outras entidades médicas, pretendemos mostrá-lo em todas as bases, e com isso fazer com que os companheiros e dirigentes médicos estejam aptos a entender, discutir e defender o nosso Plano de Carreira em seus Estados".

Também para Cristiano da Matta Machado, a união da classe será fundamental para pressionar o governo a adotar o novo modelo: "Minas ainda tem muito a avançar em termos de implantação de Plano de Carreira e, também aqui, vamos aproveitar todas as oportunidades para apresentar o plano aos médicos e aos gestores".

ARTIGO

A CRISE ECONÔMICA E A PERCEPÇÃO DA CRISE

A crise econômica em curso tem tirado o sono de muita gente. Na verdade, está longe de ter produzido uma insônia universal. Pesquisa recente do instituto Ipsos aferiu que 55% dos entrevistados brasileiros não sentiram os efeitos da crise e 60 % nada sabem das ações governamentais de combate à crise. Em Minas, o desinteresse não é menor. Pesquisa recente da Vox Populi aferiu que dois terços dos mineiros entrevistados não se preocupam ou pouco se preocupam com a crise. Entre esses, 51 % acham até que a vida vai melhorar nos próximos seis meses.

O curioso é que Minas é um dos Estados mais duramente afetados. A crise martelou com força os setores produtores-exportadores de commodities, segmentos historicamente dependentes das grandes economias maduras ou emergentes.

Enquanto os analistas convergem para a constatação de que já chegamos ao fundo do poço, as contendas se transferem para a previsão do tempo em que permaneceremos na planície. De qualquer forma, há vários sinais de incremento da atividade econômica. Os consumidores brasileiros – a legião de São Jorge contra o dragão da má economia – têm progressivamente perdido o medo. Alguns analistas afirmam que, diante da crise, muitos consumidores adiaram gastos com os itens mais caros do tipo casa e automóvel. Neste mesmo período, vários consumidores voltaram-se para aquisição de serviços. No Brasil, a compra de planos de saúde aumentou no período.

Passado o medo imediato dos mais atentos, os consumidores brasileiros retornam às grandes despesas. Por exemplo, a nossa Credicom registrou em março mais de 100 pedidos de financiamento para a aquisição de veículos. Certamente, o prazo da redução do IPI que inicialmente se encerrava ao final de março contribuiu para isso. Contudo, a decisão de contrair uma dívida de médio ou longo prazo não se dá sem uma perspectiva otimista quanto ao futuro da economia.

Tanto otimismo e alheamento não são fáceis de ser explicados. Esta crise não é como as outras. É global, profunda e atinge vastos setores da economia real. Alem disso, nunca se soube tanto sobre um fenômeno econômico na história humana.

Com isso tudo, os consumidores, bombardeados pelas informações, vão selecionando o que querem aprender, definindo métodos muito próprios para traçar suas economias pessoais. Se o entorno imediato não sucumbe à crise, a vida mantém seu curso. Uma cautela ali, outra acolá, mas na essência as famílias vão mantendo seus planos de consumo. Felizmente, é assim. Do contrário, estaríamos virando noites em busca da impossível predição econômica perfeita.

Rômulo Paes é médico, PhD em epidemiologia pela London School of Hygiene and Tropical Medicine, e assessor de avaliação estratégica da UNIMED-BH

CARTA DO LEITOR

SALÁRIOS DA FHEMIG

Há algum tempo, vem sendo mostrada na imprensa a campanha salarial dos médicos do HPS João XXIII – Fhemig. Um dos maiores pontos de discórdia entre as partes envolvidas é a questão salarial. Por um lado, os médicos afirmam que o salário seria inferior a R$3 mil, para 24 horas semanais, enquanto a diretoria da Fhemig rebate com a afirmação de que o salário seria superior a R$ 5 mil. Com a divulgação do edital para o concurso publico da Fhemig, nesta semana, podemos chegar a um veredicto. O salário oferecido para médicos em regime de plantão em urgência, com carga de 24 horas semanais, é de R$ 2.941,57, onde estão compreendidos o vencimento básico e a gratificação complementar. Seria importante para a classe médica que a Fhemig explicasse essa disparidade, já que afirma valorizar cada vez mais o médico e a medicina. PS: sem falar nas condições de trabalho. *(Celso Furtado, ortopedista - CRM 42.373)*

TRANSPLANTE

Externo meu descontentamento com a reportagem exibida dia 12 de abril, no Fantástico. Por vários minutos, desfilaram vaidosos doutores, sob a batuta do global Dráuzio Varella, que versaram sobre as dificuldades na captação de órgãos para transplantes. Como se não bastasse colocar a culpa integralmente nos médicos, que segundo eles não sabem diagnosticar morte encefálica, ainda proferiram aula magna na TV para leigos de como fazê-lo. As dificuldades do dia-a-dia na UTI, a necessidade premente de uma nova vaga para um doente que teria chances de vida não foram levadas em conta. Se precisamos educar os colegas quanto ao diagnóstico rápido e correto da morte encefálica, então o façamos por meio de nossas entidades médicas e sociedades científicas. Agora, assistir, junto a milhões de espectadores, a um espetáculo em que poucos colegas de profissão são os protagonistas e todos os outros médicos carregadores de piano ou bandidos foi triste e patético. *(Ewaldo Mattos, pediatra - CRM 26.794)*

ARTIGO: BONS DE SERVIÇO

Recente publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, comparou os sistemas de saúde do Brasil e das nações que compõem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países desenvolvidos mais México e Turquia. O resultado aponta que o Brasil possui o mais eficiente sistema de saúde entre os países desse grupo e essa eficiência deve-se ao fato de que gastamos menos no Brasil para obter os mesmos resultados em termos de indicadores de saúde.

O Brasil vem construindo, nos últimos 20 anos, o mais generoso projeto de atenção à saúde pública do mundo. Os princípios que norteiam o Sistema Único de Saúde, especialmente a universalidade e a equidade, são internacionalmente reconhecidos e, por isso, muitos países têm procurado seguir a mesma linha.

A pesquisa, ao retirar a influência estatística de fatores como a situação anterior dos indicadores, o tamanho da população, do território e a densidade demográfica, concluiu que 1% de aumento no gasto *per capita* em saúde no Brasil representaria cinco anos a mais na expectativa de vida e um decréscimo de 10 para cada 1.000 na mortalidade infantil.

O SUS foi criado no bojo da luta pela redemocratização do país e é resultado de ampla discussão desenvolvida pelos profissionais da saúde no grande movimento que ficou conhecido como Reforma Sanitária Brasileira. Além dos princípios já citados, a hierarquização, a regionalização, a descentralização e o controle social garantem que esse sistema tenha uma gestão adequada, voltada para o interesse da maioria da população, o que certamente contribui para o resultado encontrado na pesquisa.

Entretanto, quando tratamos de recursos humanos, vemos que há muito a avançar. Por todo o país, a precarização, as péssimas condições de trabalho e os baixíssimos salários são a tônica. O princípio constitucional do acesso ao serviço público por concurso tem sido constantemente ignorado por gestores de todas as esferas, que transformam a terceirização em política de governo. O excesso de demanda, as condições inadequadas e os salários aviltantes revelam um quadro de completo desrespeito pela força de trabalho no SUS.

Fomos nós, trabalhadores do SUS, que concebemos e lutamos, em conjunto com a sociedade brasileira, pela implantação desse sistema que vem sendo indicado para o título de patrimônio cultural da humanidade. Certamente, a eficiência apontada pelo IPEA deve-se, em grande medida, à qualidade do serviço ofertado, ainda que com vencimentos irrisórios. Porém, precisamos resgatar essa dívida histórica dos governantes para com os trabalhadores da saúde. Ajudamos a construir um sistema que se tornou reconhecido em todo o mundo, a pesquisa aponta sua eficiência, mas, contraditoriamente, quem o concebeu e o faz funcionar não é valorizado. Será que merecemos punição por sermos bons de serviço?

Cristiano da Matta Machado - médico anestesista, presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais e presidente da Federação Nacional dos Médicos - Regional Sudeste

(Fonte: Jornal Estado de Minas - Caderno Opinião)

JOÃO BATISTA MARINHO

O INTERESSE PELA OBSTETRÍCIA ESTÁ DIMINUINDO

Obstetra há quase 30 anos, formado pela UFMG, João Batista Marinho é um exemplo de dedicação à profissão, em especial ao Hospital Sofia Feldman, na periferia de Belo Horizonte, um projeto que ajudou a construir quando ainda era estudante, juntamente com a comunidade. Defensor do parto normal, ele fala das alegrias, dificuldades, mercado de trabalho, modelo de assistência e perspectivas para os obstetras no Brasil

Opção pela ginecologia/ obstetrícia

Meu primeiro estágio foi na área de obstetrícia, em uma maternidade, e desde o início fiquei muito fascinado pelo processo do nascimento. Como médico, o que me motivou foi o papel que poderia exercer para ajudar as pessoas nesse momento. Resolvi me dedicar em particular à obstetrícia, mais do que à ginecologia.

Sofia Feldman

Não passei por muitos lugares. Há quase 30 anos, dedico praticamente todo o meu tempo ao Sofia Feldman. Quando estudante, tive a oportunidade de estagiar no hospital, que ainda estava em construção, com a participação da comunidade. Resolvi abraçar o projeto. Sempre acreditei que iria dar certo. Tínhamos em mente que era preciso construir um novo modelo de assistência à saúde, sem exclusão e com qualidade. Naquela época, não existia o SUS. Sou do grupo de estudantes e de médicos que participaram e lutaram pela criação do Sistema Único de Saúde. E foi no Sofia que encontrei um local onde pude colocar em prática todas essas idéias. Até hoje, o hospital é mantido com a participação completa da comunidade. Os usuários têm vozes dentro da instituição – ajudam no processo administrativo e também reclamam e exigem melhorias na qualidade da assistência.

O dia-a-dia de um obstetra

Considero que nós obstetras somos seres privilegiados porque participamos do nascimento de um ser humano, um momento de alegria. Cada parto é único, não importa quantos já assistimos ao longo da carreira. No Sofia, atuo principalmente em gestações de alto risco. Estou preparado e continuo me aperfeiçoando sempre para lidar com as complicações, com problemas que ameaçam a vida. Aí é onde meu papel se torna mais importante. É claro que existem casos tristes, mas as alegrias superam e muito. O abraço e o agradecimento de um pai ou uma mãe valem tudo.

RP Comunicação

Modelo de assistência no Brasil

Acredito que o modelo de assistência obstétrica no Brasil precisa ser melhor organizado. Falta um trabalho em equipe eficaz, para que o obstetra possa se dedicar à resolução de problemas e complicações. Em clínicas privadas, atua isolado. Quando chega ao hospital, é só ele e a paciente, mais ninguém. Esse é um dos motivos por que muitos médicos optam pela cesariana com hora marcada. No sistema público, isso não acontece tanto porque o médico dá plantão no hospital com horário fixo. Em compensação, uma das grandes dificuldades é a falta de uma relação individualizada com a paciente, pois a parturiente chega ao hospital sem saber quem vai atendê-la e da mesma forma o médico não sabe nada sobre ela. Isso torna a profissão bastante estressante.

Parto normal

O parto normal é natural, fisiológico. O médico só precisa assistir para intervir no caso de algum problema. Então, não se justifica fazer uma cesariana apenas pela "praticidade" de ser algo programado. Não se pode pensar mais naquele parto horroroso, sofrido. A mulher hoje pode ter um parto normal seguro, prazeroso, sem complicações e quase sem dor, desde que estejam presentes profissionais experientes e capacitados para prestar essa assistência. Não vale a pena se submeter a um procedimento cirúrgico, que envolve riscos e complicações, por comodidade, seja por parte da paciente ou do médico. Do ponto de vista pessoal e profissional, é muito mais gratificante assistir um parto normal, com a mulher e a família mais felizes e tranqüilas. Também faço cesariana com muita satisfação, mas quando sei que é preciso.

Falta de profissionais

Em Belo Horizonte, são sete maternidades do SUS e está faltando profissional. Não está fácil encontrar obstetra. Várias residências na área deixaram de funcionar por falta de candidatos. Isso mostra o quanto o interesse pela obstetrícia está diminuindo, uma profissão essencial enquanto a humanidade existir. Acho que a questão ética tem a ver com isso. Como lidamos quase sempre com alegrias, quando algo ruim acontece, sofre a família e também o médico. E é o medo de enfrentar esses imprevistos e as suas conseqüências, como um processo na justiça, por exemplo, que está afastando os estudantes. A obstetrícia é a segunda especialidade que mais sofre processos. Então, eles acabam procurando áreas em que o risco de questionamentos na justiça seja menor. Além disso, a sobrecarga de trabalho e os baixos salários também desmotivam. Hoje, é difícil encontrar um obstetra que trabalha menos de 60 horas por semana, para manter uma renda razoável. Tanto no serviço público quanto no privado, ele tem que multiplicar seus empregos para aumentar o ganho. No setor público mais ainda.

Defesa do trabalho médico

Acho que a principal luta da categoria deve ser pela criação de um Plano de Cargo, Carreira e Salários. A falta desse plano é a maior prova de desvalorização dos médicos, um absurdo. Em todos os países onde existem sistemas públicos organizados de saúde os médicos têm progressão na carreira e bons salários. Eles se dedicam ao serviço com qualidade e competência sabendo que daqui uns anos podem ocupar um posto melhor, aumentar seu salário, investir na qualificação e planejar a aposentadoria, muito diferente da realidade daqui.

Tenho acompanhado muito o trabalho das entidades médicas. Acho que o sindicato tem um papel muito importante para defender o emprego do médico, a qualidade desse emprego, salários dignos e também na relação com as operadoras de saúde. A luta pela implantação da CBHPM mostra que as entidades estão preocupadas não só com o médico do sistema público de saúde, mas também com as questões da área privada. O trabalho da Associação Médica é fundamental para a capacitação científica, para manter a qualidade do médico. Já os conselhos são os guardiões da ética e não podem deixar isso se perder de vista.

Perspectivas

A evolução tecnológica tem sido, sem dúvida, a maior conquista da medicina. No entanto, esse mesmo avanço está levando à perda da relação humana. O médico ficou tão voltado para as novidades em equipamentos e medicamentos que perdeu a perspectiva humana da assistência. Para mim, o mais importante é o meu paciente. É lógico que não vou deixar de correr atrás do meu ganho, mas não coloco isso acima dos valores e das preocupações com a qualidade da assistência. Então, para os futuros médicos e aqueles que estão iniciando a carreira, gostaria de reforçar que o foco de sua atenção deve ser o bem-estar do paciente. Que a medida do sucesso não seja avaliada apenas pela remuneração, mas sim pela satisfação das pessoas atendidas.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
CEP: 30130 090 - BH - MG